

SUMÁRIO GERAL

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.....	1
TÍTULO I – DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	1
Art. 1º	
1.1 Natureza da execução penal	1
1.2 Autonomia do direito penitenciário	2
1.3 Direito penitenciário e direito de execução penal	4
1.4 Histórico da Lei de Execução Penal.....	5
1.5 Finalidade da pena	6
1.6 Crise da execução penal.....	9
1.7 Objeto da execução penal	9
1.8 Sumário	10
Art. 2º	
2.1 Princípio da legalidade	12
2.2 Princípio da jurisdicionalidade	13
2.3 Processo de execução.....	15
2.4 Presos provisórios e condenados na Justiça Especial	18
Art. 3º	
3.1 A relação jurídica na execução penal.....	20
3.2 Direitos preservados	21
3.3 Direitos políticos.....	23
3.4 Discriminação	25
Art. 4º	
4.1 Cooperação da comunidade.....	26
4.2 Setores de participação.....	27
TÍTULO II – DO CONDENADO E DO INTERNADO	28
Capítulo I – DA CLASSIFICAÇÃO	28
Art. 5º	
5.1 Individualização da pena e classificação dos condenados.....	28
5.2 Biotipologia criminal	30
5.3 Classificações dos delinquentes	30
5.4 Exame de personalidade.....	31
5.5 Exame criminológico	32
Art. 6º	
6.1 Comissão Técnica de Classificação.....	34
6.2 Atribuições da Comissão Técnica de Classificação	36
Art. 7º	
7.1 Composição da Comissão Técnica de Classificação.....	37

Art. 8º		
8.1	Realização do exame criminológico.....	38
Art. 9º		
9.1	Elementos para as perícias.....	40
Art. 9º-A		
9-A.1	Identificação por perfil genético	42
Capítulo II – DA ASSISTÊNCIA		46
Seção I – Disposições gerais		46
Art. 10		
10.1	Tratamento penitenciário.....	46
10.2	Tratamento e assistência.....	47
10.3	Assistência ao egresso.....	48
Art. 11		
11.1	Espécies de assistência.....	50
Seção II – Da assistência material		51
Art. 12		
12.1	Assistência material	51
Art. 13		
13.1	Instalações e serviços.....	52
Seção III – Da assistência à saúde		53
Art. 14		
14.1	Assistência à saúde	53
14.2	Assistência médica	54
14.3	Assistência farmacêutica e odontológica.....	56
14.4	Instalações médico-sanitárias	56
Seção IV – Da assistência jurídica		57
Art. 15		
15.1	Relevância da assistência jurídica	58
Art. 16		
16.1	Assistência de defensor.....	59
16.2	Defensoria Pública e advogado dativo	60
Seção V – Da assistência educacional		61
Art. 17		
17.1	Assistência educacional	61
Art. 18		
18.1	Ensino de 1º grau	62
Art. 18-A		
18-A.1	Ensino médio.....	64
Art. 19		
19.1	Ensino profissional.....	64
Art. 20		
20.1	Convênios	65

Art. 21		
21.1	Bibliotecas	65
Art. 21-A		
21-A.1	Censo penitenciário	66
Seção VI – Da assistência social	66
Art. 22		
22.1	Assistência social	67
Art. 23		
23.1	Tarefas do serviço de assistência social.....	68
Seção VII – Da assistência religiosa	71
Art. 24		
24.1	Pena e religião	72
24.2	Assistência religiosa.....	72
24.3	Meios e locais	73
24.4	Liberdade religiosa	73
Seção VIII – Da assistência ao egresso	74
Art. 25		
25.1	Problemática do egresso	74
25.2	Assistência ao egresso.....	75
Art. 26		
26.1	Conceito de egresso	76
Art. 27		
27.1	Obtenção de trabalho	77
Capítulo III – DO TRABALHO	77
Seção I – Disposições gerais	77
Art. 28		
28.1	Trabalho penitenciário.....	78
28.2	Finalidades do trabalho penitenciário.....	79
28.3	Higiene e segurança.....	80
28.4	Acidente do trabalho	80
28.5	Regime especial	80
Art. 29		
29.1	Remuneração.....	81
29.2	Destinação do salário.....	82
Art. 30		
30.1	Prestação de serviços à comunidade.....	83
Seção II – Do trabalho interno	84
Art. 31		
31.1	Trabalho interno	84
31.2	Preso provisório	85
Art. 32		
32.1	Artesanato	86
32.2	Idosos, doentes e deficientes físicos.....	86

Art. 33		
33.1	Jornada de trabalho.....	87
33.2	Horários especiais.....	87
Art. 34		
34.1	Gerência do trabalho	89
34.2	Formação profissional.....	89
34.3	Funções da gerência	90
Art. 35		
35.1	Bens e produtos do trabalho	90
Seção III – Do trabalho externo		91
Art. 36		
36.1	Trabalho externo.....	91
36.2	Condições do trabalho externo	93
Art. 37		
37.1	Atribuição de trabalho externo	94
37.2	Revogação da autorização	96
Capítulo IV – DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA		96
Seção I – Dos deveres		96
Art. 38		
38.1	Deveres dos condenados.....	96
Art. 39		
39.1	Especificação dos deveres	98
39.2	Quadro de deveres.....	99
39.3	Preso provisório.....	101
Seção II – Dos direitos		102
Art. 40		
40.1	Introdução	102
40.2	Respeito à integridade física e moral	103
Art. 41		
41.1	Alimentação e vestuário.....	104
41.2	Atribuição de trabalho	105
41.3	Previdência social	105
41.4	Constituição de pecúlio.....	105
41.5	Descanso e recreação.....	106
41.6	Atividades de recreação	106
41.7	Assistência	107
41.8	Proteção contra o sensacionalismo	107
41.9	Entrevista com advogado.....	108
41.10	Visitas	108
41.11	Chamamento nominal	111
41.12	Igualdade de tratamento	111
41.13	Audiência com o diretor	111
41.14	Representação, petição e atestado	111
41.15	Comunicação com o mundo exterior	112

41.16	Outros direitos.....	114
41.17	Suspensão e restrição dos direitos.....	115
Art. 42		
42.1	Preso provisório e internado.....	116
Art. 43		
43.1	Médico particular.....	116
Seção III – Da disciplina.....		117
Subseção I – Disposições gerais.....		117
Art. 44		
44.1	Introdução.....	117
44.2	Disciplina.....	118
Art. 45		
45.1	Princípio da legalidade.....	119
45.2	Sanções cruéis.....	119
45.3	Cela escura.....	120
45.4	Sanções coletivas.....	120
Art. 46		
46.1	Ciência das normas disciplinares.....	121
Art. 47		
47.1	Poder disciplinar.....	122
Art. 48		
48.1	Penas restritivas de direitos.....	123
48.2	Representação por falta grave.....	123
Subseção II – Das faltas disciplinares.....		124
Art. 49		
49.1	Faltas disciplinares.....	124
49.2	Faltas médias e leves.....	125
49.3	Tentativa.....	126
Art. 50		
50.1	Faltas graves na pena privativa de liberdade.....	127
50.2	Concurso de faltas disciplinares.....	131
50.3	Preso provisório.....	131
Art. 51		
51.1	Faltas graves nas penas restritivas de direitos.....	131
Art. 52		
52.1	Prática de crime doloso.....	134
52.2	Regime disciplinar diferenciado.....	135
Subseção III – Das sanções e das recompensas.....		139
Art. 53		
53.1	Sanções disciplinares.....	140
Art. 54		
54.1	Competência para a aplicação das sanções.....	142
54.2	Procedimento e juiz competente para aplicação da sanção de inclusão no regime disciplinar diferenciado.....	143

Art. 55		
55.1	Recompensas	144
Art. 56		
56.1	Espécies de recompensas	145
Subseção IV – Da aplicação das sanções		146
Art. 57		
57.1	Fixação da sanção.....	146
57.2	Aplicação das sanções.....	147
Art. 58		
58.1	Tempo de duração	148
58.2	Comunicação ao juiz.....	148
Subseção V – Do procedimento disciplinar		149
Art. 59		
59.1	Procedimento disciplinar	149
59.2	Direito de defesa.....	151
59.3	Recursos	153
59.4	Decisão motivada.....	154
59.5	Prescrição das faltas disciplinares	155
Art. 60		
60.1	Isolamento preventivo e inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado..	157
60.2	Detração	157
TÍTULO III – DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL.....		158
Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS		158
Art. 61		
61.1	Órgãos da execução.....	158
Capítulo II – DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA.....		159
Art. 62		
62.1	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	159
Art. 63		
63.1	Composição do Conselho.....	160
63.2	Mandato dos membros	161
Art. 64		
64.1	Atribuições do Conselho	162
Capítulo III – DO JUÍZO DA EXECUÇÃO		164
Art. 65		
65.1	Função jurisdicional.....	165
65.2	Intervenção jurisdicional e administrativa	165
65.3	Juiz competente.....	166
Art. 66		
66.1	Introdução	170
66.2	Aplicação da lei mais benigna.....	170
66.3	Extinção da punibilidade	173
66.4	Soma de penas.....	174

66.5	Unificação de penas.....	175
66.6	Limite de penas.....	176
66.7	Natureza da unificação.....	179
66.8	Progressão e regressão.....	180
66.9	Detração e remição.....	180
66.10	Suspensão condicional da pena.....	182
66.11	Livramento condicional.....	184
66.12	Incidentes da execução.....	184
66.13	Saídas temporárias.....	185
66.14	Penas restritivas de direitos.....	186
66.15	Conversões.....	187
66.16	Medidas de segurança.....	187
66.17	Remoção e transferência.....	189
66.18	Decisões administrativas.....	191
66.19	Conflito de competência.....	192
Capítulo IV – DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....		192
Art. 67		
67.1	Função do Ministério Público.....	193
67.2	Fiscalização da execução.....	193
Art. 68		
68.1	Atribuições específicas.....	195
Capítulo V – DO CONSELHO PENITENCIÁRIO.....		197
Art. 69		
69.1	Conselho Penitenciário.....	197
Art. 70		
70.1	Atribuições.....	198
Capítulo VI – DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS.....		200
Seção I – Do Departamento Penitenciário Nacional.....		200
Art. 71		
71.1	Departamento Penitenciário Nacional.....	200
Art. 72		
72.1	Atribuições.....	201
Seção II – Do Departamento Penitenciário Local.....		203
Art. 73		
73.1	Departamento Penitenciário Local.....	203
Art. 74		
74.1	Atribuições.....	204
Seção III – Da direção e do pessoal dos estabelecimentos penais.....		204
Art. 75		
75.1	Direção do estabelecimento penal.....	204
Art. 76		
76.1	Quadro de pessoal.....	205

Art. 77		
77.1	Pessoal penitenciário	206
77.2	Formação e reciclagem	206
77.3	Estabelecimentos femininos.....	207
Capítulo VII – DO PATRONATO	207
Art. 78		
78.1	Patronatos.....	207
78.2	Patronatos particulares	208
Art. 79		
79.1	Atribuições.....	209
Capítulo VIII – DO CONSELHO DA COMUNIDADE	210
Art. 80		
80.1	Conselho da Comunidade	210
Art. 81		
81.1	Atribuições.....	211
Capítulo IX – DA DEFENSORIA PÚBLICA	212
Art. 81-A		
81-A.1	Atribuições.....	213
Art. 81-B		
81-B.1	Atribuições específicas	214
TÍTULO IV – DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	215
Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS	215
Art. 82		
82.1	Arquitetura prisional.....	215
82.2	Estabelecimentos penais	216
82.3	Estabelecimentos para mulheres e maiores de 60 anos.....	217
82.4	Estabelecimentos diversos	218
Art. 83		
83.1	Dependências	218
83.2	Instalações especiais	219
Art. 83-A		
83-A.1	Terceirização das atividades-meio nos estabelecimentos penais	220
Art. 83-B		
83-B.1	Funções indelegáveis	222
Art. 84		
84.1	Separação dos presos e prisão especial	224
Art. 85		
85.1	Capacidade das prisões.....	227
Art. 86		
86.1	Execução de pena em outro estado.....	228
86.2	Competência para a remoção.....	230
86.3	Liberados e egressos	231

Capítulo II – DA PENITENCIÁRIA	232
Art. 87	
87.1 Introdução	232
87.2 Regime fechado	233
87.3 Penitenciária destinada a presos em regime disciplinar diferenciado.....	234
Art. 88	
88.1 Penitenciária	235
Art. 89	
89.1 Penitenciária de mulheres.....	236
Art. 90	
90.1 Local da penitenciária.....	238
Capítulo III – DA COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR	238
Art. 91	
91.1 Introdução	238
91.2 Regime semiaberto	239
91.3 Colônia agrícola, industrial ou similar	239
Art. 92	
92.1 Compartimentos coletivos.....	241
Capítulo IV – DA CASA DO ALBERGADO	241
Art. 93	
93.1 Introdução	241
93.2 Histórico	242
93.3 Prisão albergue	242
93.4 Limitação de fim de semana	243
93.5 Regime aberto.....	243
Art. 94	
94.1 Localização	245
Art. 95	
95.1 Instalações	245
Capítulo V – DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO	246
Art. 96	
96.1 Centro de observação	247
Art. 97	
97.1 Instalações.....	247
Art. 98	
98.1 Exames pela Comissão Técnica de Classificação	248
Capítulo VI – DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	248
Art. 99	
99.1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	248
99.2 Imputáveis e semi-imputáveis.....	249
99.3 Outros estabelecimentos.....	250
Art. 100	
100.1 Exames	250

Art. 101	
101.1 Tratamento ambulatorial	251
Capítulo VII – DA CADEIA PÚBLICA	251
Art. 102	
102.1 Presos provisórios	251
Art. 103	
103.1 Cadeia pública	253
Art. 104	
104.1 Localização e construção	253
TÍTULO V – DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE	254
Capítulo I – DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	254
Seção I – Disposições gerais	254
Art. 105	
105.1 Introdução	254
105.2 Execução da sentença	255
105.3 Competência para a execução	255
105.4 Guia de recolhimento	256
105.5 Guia de recolhimento e competência	257
105.6 Execução provisória e guia de recolhimento provisória: antecedentes	259
105.7 A execução provisória e o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade	260
105.8 Execução provisória e guia de recolhimento provisória: a lei vigente e a orientação do STF	264
Art. 106	
106.1 Expedição da guia de recolhimento	268
106.2 Requisitos	269
106.3 Ciência ao Ministério Público	270
106.4 Comunicação ao Conselho Penitenciário	270
106.5 Retificações	270
106.6 Prisão especial	271
Art. 107	
107.1 Exigência formal da execução	272
107.2 Recibo	273
107.3 Ciência ao condenado	273
107.4 Registro	273
107.5 Cálculo de liquidação de penas	274
107.6 Precedência das penas	275
107.7 Efeitos da soma das penas	276
Art. 108	
108.1 Superveniência de doença mental	277
108.2 Efeitos do internamento	278
Art. 109	
109.1 Alvará de soltura	278

Seção II – Dos regimes	279
Art. 110	
110.1 Regime inicial: critérios objetivos	279
110.2 Cômputo do tempo de prisão provisória ou administrativa ou de internação.....	282
110.3 Regime inicial fechado em leis especiais.....	283
110.4 Fixação do regime inicial.....	290
110.5 Observância do regime inicial.....	297
110.6 Regime prisional e lei mais benigna.....	300
Art. 111	
111.1 Regime e soma de penas.....	301
111.2 Regime e unificação.....	303
111.3 Detração e remição.....	303
Art. 112	
112.1 Sistema progressivo	305
112.2 Progressão	306
112.3 Requisito temporal.....	308
112.4 Mérito do condenado.....	319
112.5 Exame criminológico	327
112.6 Procedimento, decisão e recurso.....	334
112.7 Ausência de vaga	337
Art. 113	
113.1 Aceitação do programa e condições.....	340
Art. 114	
114.1 Requisitos para o regime aberto	341
Art. 115	
115.1 Condições gerais e especiais	343
Art. 116	
116.1 Modificação das condições.....	345
Art. 117	
117.1 Prisão domiciliar.....	345
117.2 Hipóteses para a prisão domiciliar.....	348
Art. 118	
118.1 Regressão.....	350
118.2 Regressão e regime aberto.....	353
118.3 Oitiva do condenado.....	354
118.4 Restabelecimento da progressão.....	355
Art. 119	
119.1 Legislação complementar.....	356
Seção III – Das autorizações de saída	357
Subseção I – Da permissão de saída	357
Art. 120	
120.1 Autorizações de saída	357
120.2 Permissões de saída	357
Art. 121	
121.1 Prazo da permissão.....	359

Subseção II – Da saída temporária	359
Art. 122	
122.1 Saída temporária	360
122.2 Hipóteses de saída temporária	361
Art. 123	
123.1 Competência	363
123.2 Requisitos	364
Art. 124	
124.1 Prazos	367
124.2 Condições	368
Art. 125	
125.1 Revogação	369
125.2 Recuperação	370
Seção IV – Da remição	371
Art. 126	
126.1 Remição	371
126.2 Remição pelo trabalho	372
126.3 Impossibilidade do trabalho	379
126.4 Acidente	381
126.5 Remição pelo estudo	381
126.6 Declaração judicial	385
Art. 127	
127.1 Admissibilidade de revogação	386
127.2 Causas de revogação	388
127.3 Efeitos da revogação	389
Art. 128	
128.1 Efeitos da remição	391
Art. 129	
129.1 Registro	393
129.2 Pedido	395
129.3 Retroatividade	396
Art. 130	
130.1 Falsa declaração	397
Seção V – Do livramento condicional	398
Art. 131	
131.1 Livramento condicional	398
131.2 Requisitos objetivos	399
131.3 Requisitos subjetivos	405
131.4 Livramento condicional a estrangeiro	410
131.5 Concessão	411
131.6 Direito intertemporal	413
Art. 132	
132.1 Condições obrigatórias	414
132.2 Condições facultativas	415

Art. 133	
133.1	Mudança de residência 416
Art. 134	
134.1	Advertência..... 417
Art. 135	
135.1	Concessão pelo tribunal..... 417
Art. 136	
136.1	Carta de livramento 418
Art. 137	
137.1	Cerimônia 419
Art. 138	
138.1	Caderneta e pecúlio 420
Art. 139	
139.1	Observação cautelar 422
139.2	Proteção..... 422
139.3	Relatório 423
Art. 140	
140.1	Revogação obrigatória 423
140.2	Revogação facultativa 425
Art. 141	
141.1	Contagem do prazo do livramento..... 426
Art. 142	
142.1	Impedimento para novo livramento..... 428
Art. 143	
143.1	Decreto de revogação 428
Art. 144	
144.1	Modificação nas condições..... 429
Art. 145	
145.1	Suspensão do livramento..... 430
Art. 146	
146.1	Extinção da pena 433
146.2	Recurso..... 434
Seção VI – Da monitoração eletrônica 435
Art. 146-A	
Art. 146-B	
146-B.1	Admissibilidade da monitoração eletrônica 435
Art. 146-C	
146-C.1	Descumprimento dos deveres atinentes à monitoração eletrônica..... 440
Art. 146-D	
146-D.1	Revogação da monitoração eletrônica 443

Capítulo II – DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	444
Seção I – Disposições gerais	444
Art. 147	
147.1 Penas restritivas de direitos	444
147.2 Substituição	446
147.3 Início da execução	452
Art. 148	
148.1 Alteração	453
148.2 Prestação pecuniária	454
148.3 Perda de bens e valores	456
Seção II – Da prestação de serviços à comunidade	457
Art. 149	
149.1 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	457
149.2 Atribuição das tarefas	459
149.3 Horário e início de execução	460
Art. 150	
150.1 Relatórios	461
Seção III – Da limitação de fim de semana	462
Art. 151	
151.1 Limitação de fim de semana	462
151.2 Regras para execução	463
Art. 152	
152.1 Cursos, palestras e atividades	465
Art. 153	
153.1 Relatórios e comunicações	466
Seção IV – Da interdição temporária de direitos	466
Art. 154	
154.1 Interdição temporária de direitos	466
154.2 Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública e de mandato eletivo	467
154.3 Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício	468
154.4 Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	469
154.5 Proibição de frequentar determinados lugares	472
154.6 Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos	473
Art. 155	
155.1 Comunicação	473
Capítulo III – DA SUSPENSÃO CONDICIONAL	474
Art. 156	
156.1 Suspensão condicional da pena	474
156.2 Requisitos objetivos	476
156.3 Requisitos subjetivos	479
156.4 <i>Sursis</i> simultâneos	481
Art. 157	
157.1 Concessão	482

Art. 158		
158.1	Condições legais	486
158.2	Condições judiciais	488
158.3	Especificação das condições.....	489
158.4	Alteração das condições.....	491
158.5	Fiscalização.....	492
158.6	Comparecimento	492
158.7	Comunicação	492
158.8	Mudança de residência	492
Art. 159		
159.1	Especificação pelo tribunal	493
Art. 160		
160.1	Audiência admonitória	494
160.2	Renúncia do condenado.....	495
Art. 161		
161.1	Não comparecimento.....	495
Art. 162		
162.1	Período de prova.....	496
162.2	Prorrogação do prazo	497
162.3	Revogação obrigatória	498
162.4	Revogação facultativa	501
162.5	Cassação	502
162.6	Extinção da pena	503
Art. 163		
163.1	Registro	504
Capítulo IV – DA PENA DE MULTA.....		504
Art. 164		
164.1	Pena de multa.....	505
164.2	Dia-multa.....	506
164.3	Aplicação	507
164.4	Fixação	507
164.5	Substituição.....	510
164.6	Multas cumulativas.....	511
164.7	Correção monetária	513
164.8	Processo de execução.....	514
164.9	Procedimento para a execução da multa	515
Art. 165		
165.1	Penhora de bens imóveis.....	519
Art. 166		
166.1	Penhora de outros bens.....	520
Art. 167		
167.1	Superveniência de doença mental	520
Art. 168		
168.1	Insolvência.....	520
168.2	Desconto.....	521

Art. 169	
169.1 Parcelamento em prestações.....	522
Art. 170	
170.1 Multa e pena privativa de liberdade	524
TÍTULO VI – DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	525
Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS	525
Art. 171	
171.1 Medidas de segurança	525
171.2 Pressupostos	526
171.3 Aplicação	527
171.4 Substituição.....	529
171.5 Espécies	531
171.6 Execução.....	533
171.7 Duração	534
171.8 Extinção da punibilidade	536
Art. 172	
172.1 Guia de internação	537
Art. 173	
173.1 Requisitos	538
Art. 174	
174.1 Exames	539
Capítulo II – DA CESSAÇÃO DA PERICULOSIDADE.....	539
Art. 175	
175.1 Exame de periculosidade	540
175.2 Relatório e laudo	541
175.3 Procedimento.....	542
Art. 176	
176.1 Antecipação do exame	543
Art. 177	
177.1 Procedimento.....	543
Art. 178	
178.1 Condições	544
Art. 179	
179.1 Desinternação e liberação.....	545
TÍTULO VII – DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO.....	545
Capítulo I – DAS CONVERSÕES.....	545
Art. 180	
180.1 Incidentes da execução.....	546
180.2 Conversões.....	546
180.3 Conversão de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	547
Art. 181	
181.1 Conversão de pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	548
181.2 Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade	550

181.3	Conversão da pena de limitação de fim de semana	553
181.4	Conversão das penas de interdição temporária de direitos	554
181.5	Conversão das penas de prestação pecuniária e perda de bens e valores.....	555
Art. 182		
182.1	Impossibilidade de conversão da pena de multa.....	556
Art. 183		
183.1	Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança	557
Art. 184		
184.1	Conversão do tratamento ambulatorial em internação	558
Capítulo II – DO EXCESSO OU DESVIO.....		560
Art. 185		
185.1	Excesso ou desvio	560
Art. 186		
186.1	Legitimação	561
Capítulo III – DA ANISTIA E DO INDULTO.....		562
Art. 187		
187.1	Anistia	562
187.2	Procedimento.....	564
Art. 188		
188.1	Indulto individual	564
Art. 189		
189.1	Procedimento inicial	565
Art. 190		
190.1	Diligências e parecer.....	566
Art. 191		
191.1	Procedimento no Ministério da Justiça	566
Art. 192		
192.1	Extinção da punibilidade e comutação	567
Art. 193		
193.1	Indulto coletivo.....	567
193.2	Processamento do indulto coletivo	573
TÍTULO VIII – DO PROCEDIMENTO JUDICIAL.....		576
Art. 194		
194.1	Processo e procedimento judicial.....	576
Art. 195		
195.1	Iniciativa.....	577
Art. 196		
196.1	Processamento	578
Art. 197		
197.1	Agravo em execução	581
TÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS		588
Art. 198		
198.1	Sigilo na execução	588

Art. 199	
199.1	Uso de algemas..... 589
Art. 200	
200.1	Criminoso político e trabalho..... 592
Art. 201	
201.1	Prisão civil e administrativa..... 593
Art. 202	
202.1	Folha corrida, atestados e certidões..... 595
Art. 203	
203.1	Legislação complementar..... 599
203.2	Instalações, equipamentos e serviços..... 599
Art. 204	
204.1	Vigência..... 601
204.2	Aplicação..... 601
204.3	Revogação..... 601
Súmulas citadas 603
Súmulas vinculantes 603
Súmulas do Supremo Tribunal Federal 603
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça 605
Súmula do Tribunal Superior Eleitoral 607
Bibliografia 609
Índice remissivo 621